

Com um novo Edital ilegal, governo Marcello Alencar insiste na privatização

CEDAE unida resiste



A menos de 40 dias da posse do governador eleito, a discussão sobre a privatização da CEDAE implodiu o PSDB, partido do governador Marcello Alencar, no Rio, que insiste em privatizar a Empresa a qualquer custo antes de deixar o governo. A crise, que se reflete na escolha do candidato do

partido às eleições da Prefeitura no ano 2.000, fez com que o presidente da Alerj, deputado Sérgio Cabral, e a bancada do PMDB fizessem um acordo com o governador eleito, Anthony Garotinho, no sentido de impedir o leilão da Empresa por parte do secretário de Fazenda, Marco Aurélio Alen-

car. O resultado de toda esta articulação foi a aprovação pela Alerj de um projeto de lei, que retira a Empresa do Programa Estadual de Desestatização - PED. Como o governo do Estado, através de uma artimanha jurídica, resolveu ignorar a decisão, a situação se complicou e no último dia 19 de no-

vembro, a Mesa Diretora da Assembléia resolveu editar um Decreto Legislativo, impedindo o leilão da CEDAE, marcado, desta vez, para o próximo dia 30. Os empregados da CEDAE unidos lotaram as galerias da Assembléia, acompanhando a votação. (páginas 4 e 5)

Líder do PDT na Alerj defende a autogestão para a CEDAE . (Pág. 6)

Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE

Rua Sacadura Cabral, 120, Sala 601/602/607 e 902
Telefones 263-6240/296-0025 - Ramal 102

Telefax: 253-7482

Home Page: aseac.com.br

E-mail: aseac1@ism.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente

Dario Mondego

Diretor Vice-presidente

Nelson Martins Portugal

Diretor Administrativo

Edson Reis da Silva

Diretor Financeiro

César Eduardo Scherer

Diretor de Comunicação

Paulino Cabral da Silva

Diretor Técnico

Flávio Guedes

Diretor Social

Antônio Carlos Álvares Grillo

Diretor Representante dos

Aposentados

Walcyr Goulart Mariosa

Diretor Adjunto

João Benedito Lorenzon Mello

CONSELHO DIRETOR

Representante dos Administradores

Sérgio Rego Rodrigues

Advogados

Sueli Kolling Turano

Analistas de Sistemas

César Lima da Graça

Arquitetos

Júlio Celso Bragança Gil

Aposentados

Armando Costa Vieira

Edson Bittencourt Rosa

Eliana Glória Peixoto

Leon Ambram

Maria Carmem M. M. Almeida

Contadores

Sérgio Pereira

Demais Categorias

Evandro Rodrigues de Brito

Economistas

Pedro Evandro Ferreira

Engenheiros

Álvaro Henrique C. Verocai

Clóvis Francisco do Nascimento Filho

Jonathas Ferreira Filho

Márcio de Melo Rocha

Renato Guerra Marques

Sócios Aspirantes

Júlio César de Oliveira Antunes

CONSELHEIROS NATOS

Antônio Inácio da Silveira, Walcyr

Bittencourt de Oliveira, Emy

Guimarães de Lemos, João Carlos do

Rego Pinto, Renato Lima do Espírito

Santo e Carlos Henrique Soares de

Menezes e Jaime Dutra Noronha.

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Aloísio Souza da Silva, José

Carlos Filippo e David Fink.

Suplentes: Antônio Bastos de Oliveira

e Luiz Fernando F. Rodrigues.

Produção e Edição

Planin-Assessoria de Comunicação

Tels: (021) 220-5031/224-5472

Jornalista Responsável

Carlos Emiliano Eleutério

MTB: 12.524/RJ

Diagramação

Arquimedes Martins Celestino (TED)

Edição Novembro de 1998

Tiragem: 2.000 exemplares

Garotinho quer amplo debate sobre o futuro da CEDAE

O governador eleito, Anthony Garotinho, já decidiu que todo e qualquer plano ou projeto que venha a ser idealizado para a CEDAE deverá ser amplamente discutido com os municípios, antes de ser posto em prática. Nenhuma decisão será tomada sem a concordância dos prefeitos das cidades onde a companhia estadual opera sistemas de Saneamento.

A informação foi dada por fontes ligadas ao futuro secretário de Obras do Estado e ex-presidente da CEDAE, engenheiro José Rômulo de Melo, que garantiram também que a reformulação do modelo gerencial da Companhia passará, necessariamente, pelas propostas entregues por técnicos da CEDAE ao então prefeito de Campos, Anthony Garotinho, que propõem uma estrutura ágil e com ampla participação dos municípios para a empresa estatal.

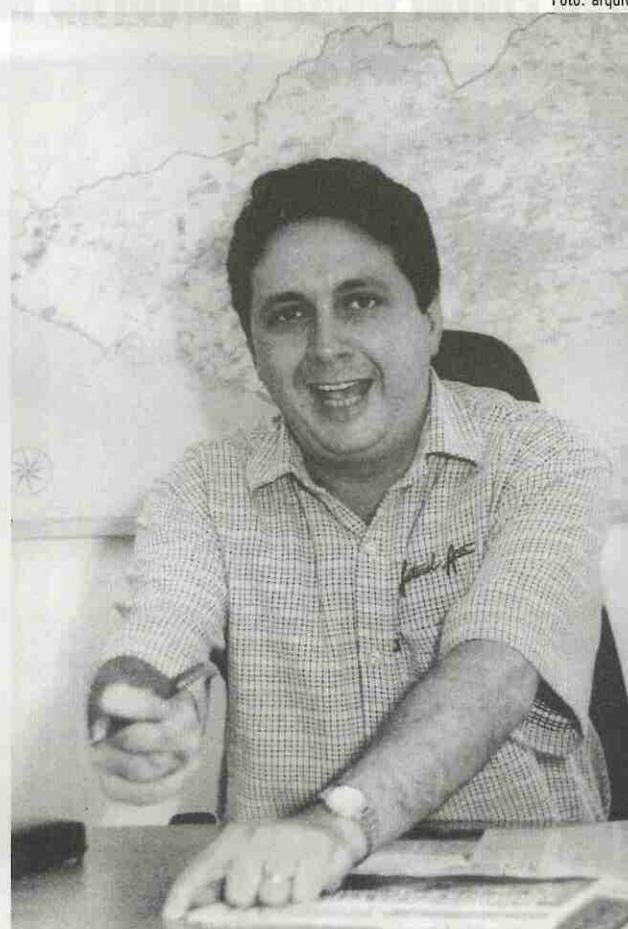
Identidade

Pelo que revelaram as fontes ligadas ao futuro secretário de Obras, as idéias do governador eleito para o Saneamento no Estado do Rio vêm ao encontro das propostas que os técnicos da ASEAC vêm sugerindo há alguns anos como alternativa para descentralizar e modernizar a gestão da CEDAE, de forma a torná-la mais eficaz e eficiente, mantendo-a sob o controle do Estado. Em suma, o modelo a ser adotado seria semelhante ao que foi implantado na Companhia de Saneamento de São Paulo - Sabesp -, no qual os técnicos da CEDAE teriam voz ativa na Diretoria da Empresa.

Pela proposta do novo governo, que já estaria sendo estudada pela equipe de transição, o novo modelo, a exemplo do que defendem os próprios técnicos da ASEAC, não impede a participação da iniciativa privada, "mas sempre com a orientação e direção da empresa estatal". Para reforçar este argumento, as fontes do novo governo garantiram que o futuro secretário de Obras do Estado, que exerce atualmente esta pasta na Prefeitura de São Gonçalo, foi um dos integrantes da comissão de técnicos da CEDAE que formularam as propostas de reformulação da Companhia, em bases mais democráticas e participativas.

Deputado confirma

Em conversa telefônica mantida com o futuro governador no último dia 18 deste mês, o deputado estadual Edmil-



Garotinho defende a descentralização da CEDAE

Foto: arquivo

tido de continuar lutando, dentro da Assembléia Legislativa, contra a privatização da CEDAE. Por sua vez, a deputada Graça Mattos, líder do PDT, na ALERJ também desmentiu, ao Jornal da ASEAC, qualquer intenção do governo Garotinho de privatizar a CEDAE.

Modelo esperado

O modelo de gestão que os técnicos da CEDAE elaboraram e vêm defendendo prevê a descentralização da Empresa e a participação da sociedade organizada nas suas decisões, conforme fez a Sabesp em São Paulo. Atualmente, a Empresa paulista se prepara para fechar o ano com um lucro de R\$ 600 milhões, fruto do novo modelo de gestão, e para investir este ano R\$ 1,2 bilhão. Entre 1999 e 2002, a previsão é aplicar R\$ 1,8 bilhão no sis-

tema de Saneamento paulista.

son Valentim (PC do B) garantiu que ouviu do governador Anthony Garotinho um desmentido formal de que a CEDAE seria privatizada. A informação foi dada pelo próprio deputado, em entrevista exclusiva ao Jornal da ASEAC, logo após conversar com Garotinho, que teria pedido seu empenho e dos demais deputados de oposição no sen-

Somente até junho último, a Empresa já havia faturado R\$ 1.590 milhões, acusando um lucro de R\$ 324 milhões, depois de registrar prejuízos da ordem de R\$ 223 milhões, em 1994, quando optou pelo novo modelo, que opera através de núcleos autônomos, denominados "Unidades de Negócios".

Festa de Final de Ano



Já estão à venda na sede da ASEAC os convites, ao preço de R\$ 30,00, para a tradicional festa de confraternização de final de ano, promovida pela Associação. A festa será no próximo dia 16 de dezembro, a partir das 21 horas, na Mansão Rosa (Avenida Edson Passos, 4273, no Alto da Boa Vista). Os sócios da ASEAC, além de um coquetel com tudo o que tem direito, poderão dançar e, com certeza, apreciar o espaço, rodeado de verde, onde se localiza a Mansão Rosa.

Momento de apreensão

Estamos diante de momentos decisivos que definirão o futuro do saneamento básico.

A nossa luta está há um passo do seu final, no que se refere à não privatização da Cedae. Têm-se-nos apresentado diversas batalhas. Perdemos uma e vencemos outras. Tem sido desgastante. O emocional implode por tanta tensão. Aos poucos estamos saindo da desvantagem, num confronto que já dura mais de dois anos.

Não é hora de retrospectiva, mas há necessidade de lembrar as nossas passadas, a fim de que, na Cedae, fique marcado, fortemente, o compromisso de todos os empregados, de transformar essa "terra arrasada", que vai sendo deixada por esse funesto governo dos Alencar, em uma empresa eficaz, eficiente, ágil e competitiva em relação às suas co-irmãs estaduais, enfim, que dê aos usuários fluminenses a satisfação de ter uma empresa que lhes preste, sem "exploração", os serviços do saneamento básico, indispensáveis à vida saudável. Com certeza, assim será.

Os Prefeitos irão esquecendo o "oba-oba" do quem ganha com a venda ou outorga à iniciativa privada, dos serviços de distribuição de água e coleta dos esgotos, tendo eles um órgão especializado público estadual, universalizando o "bom e barato" e priorizando o equilíbrio social-econômico.

Ecoam ainda os nossos brados, bem argumentados. Foi assim que conseguimos os aliados que, hoje, nos rodeiam como fortificação. É assim que se tem avançado para a vantagem, contra um governo que veio para destruir, tentando a todos "comprar" para conseguir o seu intento.

Passamos pelas Câmaras de Vereadores; pela Alerj; pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em contatos com alguns Desembargadores; pelo Tribunal de Contas, em contatos com Conselheiros; pelo Congresso Nacional, em contatos com alguns Deputados e Senadores; pelo Supremo Tribunal Federal, em contatos com o Ministro Maurício Corrêa. Produzimos correspondências e textos para todas essas autoridades, inclusive para os Ministros do Supremo.

As nossas afirmações, baseadas em fatos e convicções, tinham o aval dos trabalhadores que conosco estiveram nos últimos meses, "ombro a ombro". Logo, a "virada" é uma responsabilidade de todos, sem exceção.

O governador eleito Anthony Garotinho é o aliado maior que conseguimos, desde a época em que era prefeito de

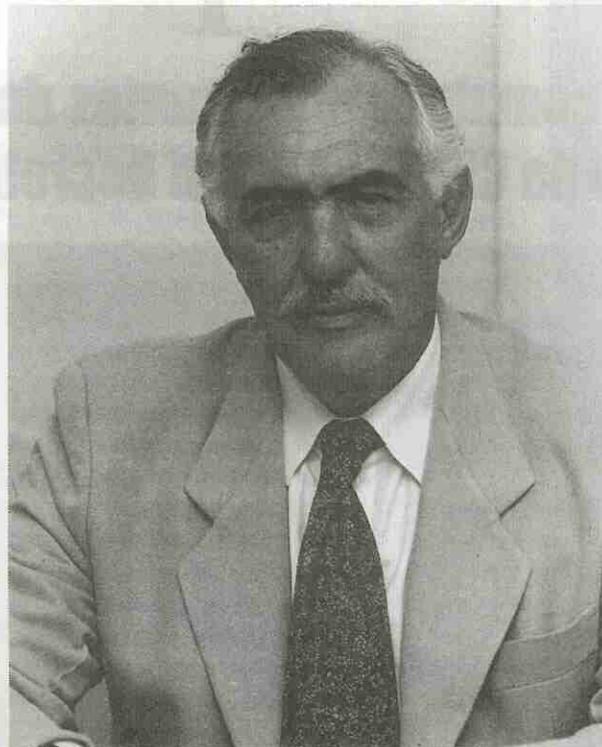


Foto: arquivo

"O governador eleito Anthony Garotinho é o aliado maior que conseguimos, desde a época em que era prefeito de Campos."

Campos. Lá conversamos e dele ganhamos a certeza de que não concordava com a privatização da Cedae, tanto que não entregou o saneamento básico daquele município à empresa privada, vencedora no leilão promovido pelo prefeito que lhe antecederia.

O novo governador trabalha com as suas comissões de transição para redesenhar o governo estadual. Seguem-se as escolhas dos seus escalões. Oxalá tenha ele a visão para o homem certo para a Cedae, de forma que tenhamos um líder facilitador para a "virada".

Como se trata de um governo que pretende mudar para vencer, espero que saia da "mesmice" de subordinar a Cedae a órgão da administração direta. Os últimos governantes confundiram vinculação com subordinação. Até a um "caixa único" a Cedae já foi submetida.

Longe de saudosismo ou de comportamento retrógrado, mas uma simples constatação histórica: - nos tempos áureos da Cedae havia uma relação direta com o governador. Crescemos e fomos modelo para o Brasil e até para o Continente. Hoje, com a distorção da vinculação promovida por alguns governos, tornamo-nos, em face da ineficácia e ineficiência, um bom exemplo para a privatização.

A Cedae, para o bom relacionamento com as prefeituras, deve estar ligada diretamente ao governador a quem cabe, constitucionalmente, discutir com os Prefeitos as prioridades no âmbito do saneamento básico. Essa é a lógica preconizada pela Constituição Federal, principalmente na Região Metropolitana, onde deve prevalecer a gestão compartilhada. Em razão dos recursos hídricos, o compartilhamento deverá se estender por todo o Estado. O modelo da ASEAC está, aqui, inserido, isto é, descentraliza a Cedae, com formação de empresas regionais por bacias hidrográficas, com a participação direta dos Prefeitos e de seguimen-

tos da sociedade civil, interligadas a uma empresa "mãe". Todas com autogestão, mantendo-se o governo estadual como acionista majoritário, porém, não absoluto, já que as prefeituras passariam a compor o quadro de acionistas de tais empresas regionais e com assento no Conselho da empresa "mãe", juntamente com os empregados, hoje, já acionistas minoritários.

Antes mesmo de possível adoção de tal proposta da ASEAC, como forma de sair do caos em que se encontra a CEDAE, deixado pelo atual governo que finda, o novo governo deveria assinar um contrato de autogestão, com metas bem definidas, sociais e econômicas, para torná-la eficaz e eficiente. Tal contrato, certamente dará a liberdade administrativa que carece, desatrelando-a de ingerências equivocadas, bem como, de amarras severas, hoje em prática, que muito diminuem a velocidade das ações da empresa no rumo das realizações reclamadas pela população usuária do sistema.

A Cedae, hoje, é uma instituição com personalidade jurídica própria, definida e regida pela Lei das S.A., no capítulo das sociedades de economia mista, portanto, está na administração indireta da estrutura organizacional do Estado e, como tal, deve receber, através do Conselho de Administração, as orientações e decisões do acionista majoritário - o governador. A representação do governo nesse Conselho, seja ela pela Obra ou pelo Meio Ambiente (hoje em discussão a vinculação) não significa subordinação. É, tão so-

mente, a representação como portavoza por vinculação.

É ilógico, hoje, e só tem criado constrangimento e irritação aos Prefeitos que têm a legitimidade do voto, o fato de submetê-los à decisão da autoridade administrativa do Presidente da Cedae ou da Secretaria de Estado de Obras.

Esse "pomo da discórdia" muito tem contribuído e quase que principalmente para que os Prefeitos não concordem com a prorrogação dos convênios, querendo transferir tal outorga para a empresa privada. Afora o fantasma da privatização, que hoje estamos vencendo, devemos cuidar melhor das relações com as Prefeituras, em consonância com as diretrizes do governo do Estado, pois a Cedae depende de convênios para prosseguir com a distribuição da água e coleta dos esgotos, que são atribuições municipais.

A Aseac continuará a luta, certamente com outros objetivos, como por exemplo, formar na Alerj uma bancada do Saneamento. Há nomes despontando, como o Deputado Edmilson Valentim, a Deputada. Solange Amaral, o Deputado. Nilton Salomão, a Deputada Graça Matos, o Deputado Rubens Tavares, o Deputado Carlos Minc, o Deputado Pastor Mário Luiz (que já nos procurou) e outros. Lamentável que não tenhamos a Deputada Lúcia Souto que não se candidatou a reeleição.

É certo, também, que nos manteremos vigilantes, pois este é o preço da vitória que teremos já. E assim sendo, a Cedae será por nós vigiada. Não podemos permitir a volta do pesadelo da privatização pela ineficácia ou ineficiência a que chegamos pela ação corrosiva intencional dos mercantilistas que saem do governo do Estado.

Como cidadão, tenho desejo de que o algoz Marco Aurélio Alencar seja algemado para pagar pelo desrespeito à justiça e tentativa de desorganização dos poderes constituídos.

Ao novo governador, a Aseac manifesta satisfação pela sua eleição, tendo em vista a comunhão de idéias no campo social, e deseja sucesso em sua administração, para que Anthony Garotinho possa colocar em prática as suas propostas de melhoria do quadro social do Estado, no qual a universalização dos serviços de água e esgotos se apresenta como fator fundamental para a saúde pública e para a melhoria da qualidade de vida da população.

*Dario Mondego
Presidente*

Pá de cal na proposta

Alerj sepulta o governo Marcello com duas importantes derrotas políticas e impede de vez a privatização da CEDAE com um Decreto Legislativo

Fotos: Marcos Salles

A insistência do secretário de Fazenda, Marco Aurélio Alencar, em privatizar a CEDAE, fez com o governo Marcello Alencar sofresse duas fragorosas derrotas políticas, em menos de 10 dias. A primeira delas foi no último dia 14, quando por aclamação (65 votos a favor) a Alerj votou projeto de lei, que retirou a CEDAE do Programa Estadual de Desestatização - PED.

A segunda grande derrota foi no dia 19, quando a Mesa Diretora da Assembléia aprovou, também por unanimidade, um decreto legislativo, que anula o novo edital de privatização da CEDAE, publicado no dia 13 e que prevê o leilão da Empresa no próximo dia 30 de novembro.

Segundo o presidente da Alerj, deputado Sérgio Cabral (PSDB), a aprovação do decreto legislativo, publicado no Diário Oficial do dia 20/11 é uma ratificação do posicionamento dos parlamentares fluminenses, que já haviam votado pela retirada da CEDAE do PED. O deputado tucano explicou que o decreto legislativo tem supremacia legal sobre atos administrativos do Executivo: "Portanto, o edital está anulado. Se o Executivo não cumprir a decisão do Legislativo, vamos entrar com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para impedir o leilão da CEDAE. É a primeira vez em quatro anos que a Assembléia aprova um decreto para impedir um ato do governador Marcello Alencar. Aliás, a primeira vez em vários anos, que a Alerj se utiliza desse instrumento contra o Executivo. E só o fizemos em função da radicalização do filho do governador, que insiste em privatizar a CEDAE à revelia da Alerj e da vontade popular, que elegeu Anthony Garotinho com a proposta de manter a Empresa no setor público", explicou Sérgio Cabral.

Desrespeito à democracia

Para o deputado, não se justifica tanta pressa em vender a Empresa: "Esta atitude do secretário de Fazenda é um desrespeito à democracia e à opinião pública. Não se justifica vender a CEDAE a menos de 40 dias da posse do governador eleito".

No mesmo dia, após a votação do decreto, uma equipe do Governo (técnicos e juristas) se reuniu com o secretário de Fazenda e presidente do PED, Marco



Aurélio Alencar, para estudar a possibilidade de um recurso jurídico para anular os efeitos do Decreto Legislativo. A estratégia do Governo será, segundo juristas ouvidos pelo Jornal da ASEAC, a de entrar com uma ação no Tribunal de Justiça do Rio para anular o referido decreto. Se o Tribunal de Justiça anular o decreto legislativo, restará à Alerj recorrer ao Supremo - atitude que o deputado Sérgio Cabral já admitiu que tomará:

"Existe um precedente no STF que garante o decreto legislativo. Já houve um caso semelhante no Mato Grosso e o STF deu ganho de causa à Assembléia Legislativa daquele Estado", explicou Sérgio Cabral, referindo-se a uma tentativa de privatização do terminal rodoviário de Cuibá.

Até o fechamento desta edição (dia 20/11), não havia nenhuma informação oficial se o Governo havia ou não entrado com alguma ação na justiça contra o decreto da Alerj. Também não se sabia se conseguira anular um agravo de instrumento (que tem os efeitos de uma limi-

"A forte reação da Alerj contra a privatização da CEDAE só foi possível devido a uma articulação política entre o governador eleito e o deputado Sérgio Cabral."

nar) concedida pela 12ª Câmara Cível, no dia anterior, a favor de uma ação popular do vereador Gilberto Palmares (PT), que pedia para sustar o leilão da CEDAE,

Reação em cadeia

Na verdade, a decisão do governo de publicar no último dia 13 um novo edital para privatizar a CEDAE foi considerada por vários juristas, entrevistados pelo Jornal da ASEAC, como um desrespeito aos poderes judiciário e legislativo, e provocou uma forte reação em cadeia, que teve como principal consequência, a edição do decreto legislativo, que susta a li-

citação. Segundo o texto do decreto, "as autoridades estaduais que o descumprirem responderão pelas infrações administrativas e penais que cometerem, sem prejuízo da responsabilização civil pelos prejuízos, que causarem à CEDAE".

Para os líderes de todos os partidos políticos, entrevistados pelo Jornal da ASEAC, a atitude do governo e, principalmente, do secretário de Fazenda é suspeita. O próprio presidente da Alerj, que é do partido do governo, deputado Sérgio Cabral, afirmou que o secretário Marco Aurélio gastou mais do que podia e agora insiste em privatizar a CEDAE para tapar equívocos de gastos, acima do arrecadado.

Nos bastidores, na luta para que a CEDAE não fosse retirada do Programa de Desestatização, o governo do estado "jogou pesado". O próprio governador Marcello Alencar, em uma atitude desesperada, ameaçou o deputado Sérgio Cabral, de que este perderia a indicação para ser o candidato do PSDB nas próximas eleições para a prefeitura do Rio, mas o "tiro saiu

do governo

pela culatra”, quando o deputado levou à discussão para a mídia, afirmando: “Não é o governador Marcello Alencar quem decide o meu destino político. Somos do mesmo partido, mas não vou abrir mão de defender o interesse público, para me submeter à tutela de ninguém”.

Articulação Política

Aliás, a forte reação da Alerj contra a privatização da CEDAE só foi possível, devido a uma articulação política entre o governador eleito, o presidente da Assembleia, deputado Sérgio Cabral, e a bancada do PMDB, chefiada pelo deputado Jorge Picciani. O próprio Sérgio Cabral confirmou as articulações da Alerj com Anthony Garotinho e o pedido deste para que a Assembleia aprovasse a retirada da Empresa do Programa de Desestatização. Segundo Sérgio Cabral, a discussão maior não é sobre a venda ou não da CEDAE, mas sim o aqodamento de todo o processo: “Não devemos misturar as coisas. A CEDAE não pertence ao PSDB, mas sim ao povo do Estado do Rio, que elegeu Anthony Garotinho, que é contra a privatização da Empresa.

A decisão da Alerj não foi no sentido de defender os interesses desse ou daquele partido, mas, no sentido de defender o interesse público”.

O deputado tucano explicou, ainda, que os deputados tiveram a preocupação de colocar na lei que criou o PED, que todo recurso proveniente da venda das estações fosse aplicado em setores sociais: “Isso gerou quase R\$1,5 bilhão para o Estado fazer investimentos sociais, mas o governo gastou praticamente R\$ 3 bilhões. Ora, o crédito que a Alerj deu ao governo era mais do que suficiente para que se fizesse as obras essenciais: Metrô e obras de Saneamento. Mas, ele gastou mais, passou do seu limite de endividamento. Daí essa necessidade de vender a CEDAE, para tapar dívidas que foram feitas sob o comando do secretário de Fazenda, Marco Aurélio Alencar”. As críticas do tucano atingiram também o prefeito do Rio, Luís Paulo Conde: “É lamentável o posicionamento do prefeito e mais ainda do governo estadual, que está usando as obras inacabadas para pressionar o restante dos prefeitos da Região Metropolitana, no sentido de que esses con-



Minc, Lucia Souto e Edmilson comemoram a retirada da CEDAE do PED.

cordem com a venda da CEDAE. De última hora, ele montou um modelo de edital totalmente diferente, do que estava na rua, para incluir as prefeituras”.

Partidos defendem CEDAE pública

A insistência do governo Marcello Alencar provocou uma forte reação na Alerj, onde todas as lideranças partidárias se uniram no esforço de impedir a privatização da CEDAE. O posicionamento de desconfiança foi unânime e atingiu desde o partido do próprio governador, o PSDB, até ao PC do B, do deputado Edmilson Valentim: “É um acordo de interesses particulares. Marcello Alencar foi derrotado, seu candidato ficou em 3º lugar, portanto, ele não tem autoridade moral para privatizar uma empresa do porte da CEDAE.

Politicamente, o processo de venda está encerrado, pois até mesmo membros da Firjan, favoráveis à privatização, não concordam com o aqodamento do processo”. Edmilson Valentim explicou que vários deputados estão acompanhando o governo de transição, aonde está se produzindo uma proposta de um novo modelo de gestão para a CEDAE”.

Já a deputada Lúcia Souto considerou a retirada da CEDAE do PED uma vitória da população do Rio de Janeiro: “Talvez, tenha sido uma das lutas mais significativas que a Cidadania já realizou nesse Estado. Acho que a CEDAE precisa caminhar para a autogestão, com a participação dos prefeitos. Finalmente, temos uma proposta inovadora para a CEDAE, que considera a questão da saúde pública”.

Na opinião do líder do Partido dos Trabalhadores, deputado Carlos Minc, o posicionamento do governo é muito estranho: “Privatizar a CEDAE no apagar das luzes é uma negociata. E nos obriga a fazer a pergunta: O que tem por trás disso tudo? Veja, o TCE está contestando, o Supremo está analisando a questão. Vários municípios são contra, a Alerj também é. E mais, além disso tudo, o gover-

nador eleito tem um compromisso claro contra a privatização da CEDAE. Tudo isso é um desrespeito ao futuro governador e ao povo que o elegeu. Não dá para aceitar uma maracutaia desse tamanho”, explicou o líder petista.

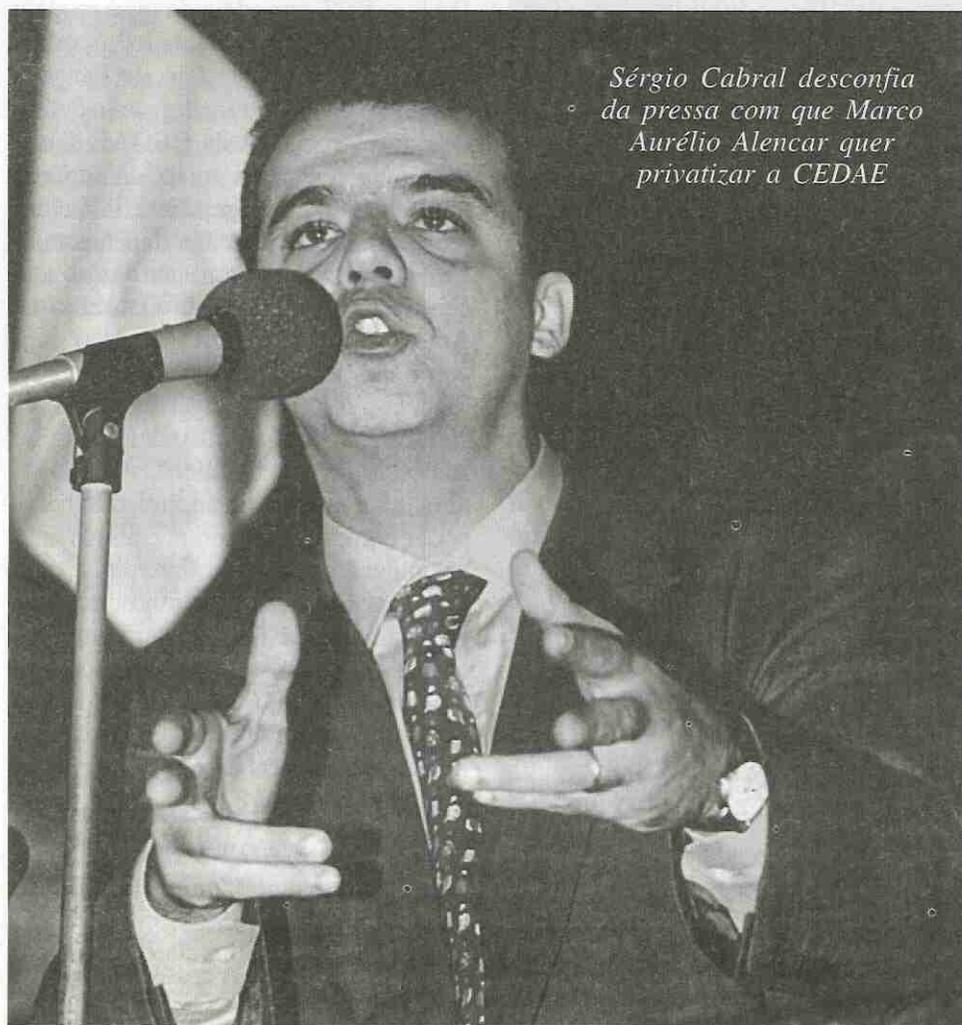
CEDAE pública

Ao defender a CEDAE pública, Minc afirmou, no entanto, que a Empresa precisa ser reformulada: “O próximo governo deverá refazer o modelo de gestão da CEDAE, considerando a democratização e aperfeiçoamento da Empresa, com a participação de seus empregados e melhoria do controle social. Há necessidade de priorizar a importância dos municípios, sobretudo na questão da distribuição”.

Por sua vez, a líder do PFL na Alerj, deputada Solange Amaral, que também é contra a privatização da CEDAE, criticou duramente o posicionamento do prefeito do Rio, Luís Paulo Conde: “Nós, do PFL, não compreendemos a atitude do prefeito. A gente sempre disse que era contra a privatização da CEDAE. Logo, vamos continuar seguindo a orientação do ex-prefeito César Maia no sentido de lutar para que a CEDAE não seja privatizada. Eu não sei dizer se houve uma negociata entre o prefeito e o governador. O que posso dizer é que o prefeito Conde não convocou a bancada do PFL para discutir o assunto e que a sua atitude nos espanta”.

Solange Amaral defendeu uma CEDAE mais ágil, com melhores índices de eficiência: “Há uma série de desafios, como o equacionamento do esgotamento da Baixada de Jacarepaguá e a questão da Região Oceânica de Niterói, entre outros, que esperamos que a Empresa tenha competência para resolver. Além disso, os municípios precisam ter voz na discussão sobre a CEDAE e a gestão por bacia hidrográfica pode facilitar muito a resolução das questões de Saneamento em nosso estado”.

Sérgio Cabral desconfia da imprensa com que Marco Aurélio Alencar quer privatizar a CEDAE



Líder do PDT defende autogestão para a CEDAE

Foto: Marcos Salles



Defensora de que o Estado assumira a sua função social, a deputada Graça Mattos, 47 anos, é contra a privatização ou terceirização de serviços públicos de atividades monopolistas, como a CEDAE e/ou a CERJ. A função social pública dessas empresas é ignorada pelas empresas privadas, que só têm por objetivo o lucro, denuncia a pedetista em entrevista exclusiva ao Jornal da ASEAC. Hoje, segundo Graça Mattos, as prefeituras e a população estão "nas mãos" da CERJ, que se recusa a fazer investimentos em eletrificação rural: "A Electra, a empresa chilena que comprou a CERJ, não dá a mínima para investimentos sociais. Se o governo não investir na eletrificação rural, não vamos ter desenvolvimento no interior", sentencia Graça Mattos. Consciente de sua importância como líder do PDT na ALERJ, a deputada defende para a CEDAE uma empresa com autogestão e compromissos sociais bem definidos, com as prefeituras e a população de forma geral.

Jornal da ASEAC - O que representa a retirada da CEDAE do Programa Estadual de Desestatização - PED?

Graça Mattos - Eu votei contra o PED. Portanto, esta é a vitória que eu não consegui na primeira votação. Aliás, ela não é só nossa, do PDT. É também de todos os partidos de oposição, dos empregados da CEDAE e do governador eleito, Anthony Garotinho. Agora, sem dúvida, foi uma vitória ainda maior para os municípios e a população de forma geral porque se a CEDAE for privatizada vai ser muito ruim. Nós já vimos esse filme. Aliás, estamos vendo, através do comportamento da CERJ. É um problema, uma dificuldade para municípios e a população dialogar com a CERJ. Se fosse a CEDAE, ia ser muito pior, considerando-se que os serviços prestados pela empresa tem uma relação direta com a saúde pública. Agora, a CEDAE preci-

sa ser mais eficiente. Precisa ser reestruturada, precisa se tornar mais competente, menos burocrática e menos lerdna na solução de problemas. Eu defendo a reestruturação da Empresa, até porque os problemas da CEDAE são decorrentes de sua administração e não de seus empregados. A Empresa dá lucro. Não há motivo algum que justifique a sua privatização. Volto a dizer, A CEDAE precisa apenas ser reestruturada.

Jornal da ASEAC - O governador Garotinho tem colocado de que forma vai ser o relacionamento da CEDAE com as prefeituras?

Graça Mattos - Veja bem, as prefeituras são o poder concedente dos serviços de Saneamento. Poder esse que a lei complementar 087/97 tenta lhes retirar. Aliás, essa lei foi feita, principalmente, para promover a privatização da CEDAE. E estou pensando, seriamente

em, mais tarde, fazer um novo projeto de lei para revogar a 087/97 - que criou a Região Metropolitana do Rio, retirando várias atribuições das prefeituras. Hoje, com essa lei em vigor, o governador pode, por exemplo, decidir que vai instalar uma indústria em determinado município, sem sequer ouvir o prefeito. Ele tem poder para isso. Logo, a 087/97 é uma lei autoritária. Feita, como já disse, para garantir a privatização da CEDAE sem que o governador precisasse falar com os prefeitos. Agora, o interessante é que nesta última tentativa de vender a Empresa, a qualquer custo, o governo Marcello Alencar, através do secretário de Fazenda, Marco Aurélio Alencar, saiu oferecendo dinheiro às 20 prefeituras - que compõem a Região Metropolitana. A semana, que antecedeu a retirada da CEDAE do PED, parecia mais um pregão da bolsa de valo-

res. A alguns municípios, o Marco Aurélio ofereceu R\$30 milhões, a outros R\$ 35 milhões da contrapartida da venda da Empresa. E os preços mudaram, subiram de um dia para outro. Ora, ele não está querendo perder o filão, que representa a venda da CEDAE. E o absurdo maior é que as ofertas em dinheiro foram feitas sem estar baseadas em nenhum projeto de melhorias dos sistemas de Saneamento. Apenas, eram oferecidas às prefeitura parte da contrapartida da venda da Empresa e mais nada.

Jornal da ASEAC - A mesma contrapartida que foi oferecida ao prefeito Conde, do município do Rio?

Graça Mattos - Sim. Só que ao Conde, o Marco Aurélio ofereceu R\$ 300 milhões. Para os outros municípios, os valores foram menores. Eu posso citar o exemplo de São Gonçalo. O Marco Aurélio iniciou a oferta com R\$ 35 milhões, chegando a oferecer ao prefeito Edson Ezequiel, R\$ 50 milhões. É claro, recusamos.

Jornal da ASEAC - Com relação à reestruturação que deve ocorrer na CEDAE, o PDT tem idéia de qual modelo de gestão vai ser implantado? A mídia publicou que o secretário de Fazenda escolhido pelo governador eleito defende que os recursos da CEDAE sejam colocados no "caixa único". A senhora não acha que a autogestão seria melhor para garantir a eficiência da Empresa?

Graça Mattos - Na minha visão, tem que ser feito um grande Conselho de Autogestão para a CEDAE. Não concordo com o regime de "caixa único". Mas, como eu não conversei com o secretário, não sei a opinião dele. Mas, eu sou contra o "caixa único". A CEDAE tem de ser muito bem administrada para poder cumprir seus compromissos com a população e com os municípios, como São Gonçalo, Maricá e vários outros, que precisam confiar que vão ser bem atendidos pela Empresa. O consumidor paga pela água. Logo, a CEDAE só precisa ser bem administrada para arrecadar mais e demonstrar que pode ser mais eficiente do que já é.

Jornal da ASEAC - A Sra. vai brigar dentro do governo para que a CEDAE tenha autogestão?

Graça Mattos - Sim, claro. Eu defendo a autogestão para a CEDAE. Nada de "caixa único".

“Fim de festa” no governo

Marco Aurélio Alencar oferece desconto de 55% para tentar garantir a entrega da CEDAE

Foto: Ronaldo Gama



O secretário de Fazenda, Marco Aurélio Alencar, quer vender a CEDAE à revelia da lei e da vontade popular que escolheu Anthony Garotinho governador do Estado do Rio de Janeiro

A direção da ASEAC entregou ao Conselheiro José Nader, do Tribunal de Contas do Estado - TCE - no último dia 17, um documento contendo uma análise detalhada da “colcha de retalhos” que o governo do Estado insiste em chamar de “Edital de Privatização da CEDAE” e que prevê, entre outros absurdos, a venda total do controle acionário da Empresa (99,9%), inclusive, de sistemas que já foram privatizados pelo próprio Estado, como os da Região dos Lagos.

O “Edital” é a quarta edição da atropalhada série de documentos, que o secretário de Estado de Fazenda, Marco Aurélio Alencar, vem tentando fazer valer, à revelia da Lei e da vontade da sociedade, revelada nas urnas, para tentar privatizar a CEDAE a qualquer custo, no apagar das luzes do governo Marcello Alencar. Além de representar outro flagrante desrespeito à Justiça, uma vez que o STF suspendeu a venda da CEDAE até que seja julgado o mérito das ADINs impetradas em Brasília contra a Lei 087/97, em sua nova investida, Marco Aurélio comete tantas irregularidades quanto nos três Editais anteriores.

O secretário de Fazenda, na sua ânsia de vender a Empresa, ao publicar novo Edital, “atropela” o próprio Procurador do Estado, Dr. Saad, que enviou carta ao Supremo, dizendo que o Estado só privatizaria a CEDAE após o julgamento, por aquela Corte, da constitucionalidade da Lei complementar Estadual 087. Pelas novas irregularidades contidas, a direção da ASEAC acredita que dificilmente o novo Edital será aprovado pelo TCE.

Absurdos de fim de festa

Segundo a análise feita pelos técnicos da ASEAC, o Estado vinha divulgando amplamente, através da imprensa, que a CEDAE seria vendida por R\$ 4,8 bilhões, envolvendo a concessão de 19 municípios da Região Metropolitana (RM). No atual Edital (PED/ERJ nº 04/98), cujo valor seria de R\$ 1 bilhão, os municípios envolvidos na licitação, também da RM do Rio, somam 14, sendo que o Rio de Janeiro, com arrecadação de 60% do total, seria o suporte do grupo e foi mantido no negócio.

Contudo, os cinco municípios que o governo excluiu do Edital não representam grande expressão no conjunto em termos de faturamento (cerca de 10%), mas o valor da privatização foi reduzido em pelo menos 55%. Além disso, pela proposta anterior, eram oferecidas 1,2 bilhão em

ações, sendo 84 milhões de ações aos empregados. O valor da concessão seria de R\$ 3,68 bilhões, o que daria R\$ 4,8 bilhões entre a venda das ações e a outorga. Pelo novo Edital, o valor determinado para a concessão é de 8% do faturamento, ou seja, cerca de R\$ 6 milhões mensais. Isso significa que, por conta da retirada de um faturamento de 10% do sistema a ser vendido, o Estado vai receber menos 55% em relação à proposta anterior, tendo em vista que o pagamento mensal proposto na última tentativa do governo de realizar o leilão seria de R\$ 13,3 milhões.

O documento encaminhado ao TCE concluiu, com base nestes dados, que

o valor do leilão está completamente incompatível com a realidade e, caso se consumasse, o Estado perderia pelo menos R\$ 2,2 bilhões. Isso deixa patente, segundo a análise, que os valores fixados para o leilão de 14 municípios da Região Metropolitana foram definidos sem nenhum embasamento técnico. “Além disso, como pode o Estado fazer concessão de apenas 14 municípios e vender a totalidade das ações da Companhia? Como fica a situação dos outros 50 atendidos pela CEDAE?”, questiona a análise, chamando atenção para o fato de que a Empresa fez a conces-

são de oito municípios na Baixada Litorânea (Região dos Lagos) e não vendeu nenhuma ação.

Pregão de tarifas

Mas o ponto que mais vem deixando sobressaltados os técnicos da CEDAE diz respeito aos critérios de reajuste tarifário, que fica atrelado ao desempenho de ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo - Bovespa - e não a índices que medem a inflação do período. Isto deixa claro que a operação que o Estado vem tentando fazer com a CEDAE não passa de um mero negócio para atender os investidores, pois, “se o país estiver bem, com baixos índices de inflação e com bom desempenho na Bolsa, os investimentos estrangeiros na Bovespa vão garantir o aumento das tarifas de água e esgotos em índices muito superiores aos da inflação”, denuncia a ASEAC.

Outro ponto obscuro do Edital lançado pelo governo afirma que, “caso haja encampação por motivo de interesse público, o Estado terá que indenizar a concessionária a título de lucros cessantes, bem como os investimentos que não tiverem sido devidamente depreciados ou amortizados”. Os técnicos da CEDAE consideram isso um verdadeiro absurdo, pois seria uma grande incoerência indenizar uma empresa particular pelo não cumprimento de um contrato e que, por isso, põe em risco a prestação do serviço ou ameaça a saúde da população, sem perder nada e ainda recebendo lucros por isso.

Por último, a ASEAC chama a atenção do TCE para o fato de que a CEDAE tem cerca de R\$ 600 milhões a receber nos municípios que estão sendo alvo do projeto de concessão do Estado. E questiona o seguinte: “Quem receberá este débito relativo a contas passadas - a concessionária? Além disso, o que seria feito com esses recursos, seriam entregues à CEDAE ou a Empresa estatal entraria na área da nova concessionária para cortar o fornecimento de água e se ressarcir dos débitos? Ou o governo vai transferir à nova concessionária o direito de receber essas dívidas e ficar com o dinheiro? Esses dados, segundo o documento que está sendo encaminhado ao Tribunal de Contas, foram omitidos no Edital, “que deveria ser claro e inequívoco”, pois, do contrário, a tendência é de que a nova concessionária cobre a dívida e utilize os recursos para reduzir o custo do seu investimento em mais R\$ 600 milhões, conclui.

“Queda de braços”

Estado ignora STF para tentar vender a CEDAE a qualquer custo

Em mais uma “trapalhada jurídica”, o governo do Estado lançou um novo Edital de Privatização da CEDAE, que prevê o leilão da Empresa, para o próximo dia 30 de novembro, a um mês da posse do governador eleito, Anthony Garotinho. Ignorando, entre outras coisas, a liminar dada ao Tribunal de Contas do Estado pelo Supremo Tribunal Federal - STF - que suspendeu o leilão da CEDAE e as quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADINs -, movidas pelo PDT, PFL, PT e PPS (as duas últimas intermediadas pela ASEAC) contra a lei complementar 087/97 em análise no STF.

Segundo o jurista Viveiros de Castro, o comportamento do secretário Marco Aurélio Alencar é insano, na medida em que trata o Judiciário como se este fosse uma brincadeira: “O Direito tem princípios e um secretário de Estado não pode ir a um Tribunal para discutir determinado assunto e depois mudar de idéia. Esta atitude é um desrespeito ao STF que, com certeza, não vai aceitá-la, pois abriria uma exceção, que inviabilizaria o Judiciário no País”.

A importância da opinião jurídica

Para o jurista, com certeza, o filho do governador está tomando essa atitude sem ouvir nenhuma opinião jurídica: “A Procuradoria Geral do Estado não pode ter sido ouvida, pois não concordaria com tamanho absurdo, considerando-se que existe uma liminar do Supremo, que impede o leilão”. Viveiros de Castro explicou, ainda, que, mesmo que houvesse a possibilidade de o STF não se manifestar com relação à questão, o que é pouco provável, a aprovação do Decreto Legislativo, por parte da ALERJ, sepulta, de vez, a possibilidade de a Empresa vir a ser privatizada, no próximo dia 30. Ao concluir, explicou: “Mesmo que esse leilão, apesar de todas as aberrações jurídicas,



Foto: arquivo

O jurista Marcelo Cerqueira afirma que, do ponto de vista legal, é impossível privatizar a CEDAE

venha a se realizar, ele não tem qualquer validade, pois as empresas que participarem dele, com toda esta pendenga jurídica, estarão agindo de má-fé e, portanto, não terão direito a qualquer indenização”, finalizou.

No Tribunal de Contas, a atitude do secretário de Fazenda também está provocando constrangimentos, mas fontes ligadas ao TCE, informaram ao Jornal da ASEAC que os conselheiros mantêm a sua posição contra a privatização da CEDAE e que não vão aprovar o novo edital, feita às pressas, pelo Programa Estadual de Desestatização.

Ilegalidade Jurídica

“Do ponto de vista legal, é impossível que o governador Marcello Alen-

car consiga privatizar a CEDAE”. A opinião é do jurista Marcelo Cerqueira, que, somente, nas últimas 72 horas, já entrou, pela ASEAC, com, pelo menos, duas ações na justiça contra a privatização da Empresa. Na primeira delas, o advogado notifica a Comissão de Valores Mobiliários - CVM - e a Bolsa de Valores do Rio - BVRJ - , mostrando o precedente de Santa Catarina, quando a CVM suspendeu a venda das ações da Companhia Catarinense de Saneamento - CASAN - , devido a divergências entre o legislativo catarinense e o governo do Estado.

Marcelo Cerqueira anunciou ainda que entrou com um mandado de segurança contra o secretário de Fazenda, Marco Aurélio Alencar, que ao publi-

car um novo edital para privatização da CEDAE, está rompendo com o processo legislativo de formação de lei, através de um simples ato administrativo. Isto considerando-se que o filho do governador ignorou a lei, aprovada pela ALERJ, há cerca de 15 dias, que retira a CEDAE do Programa Estadual de Desestatização - PED. Segundo Marcelo Cerqueira, a atitude do governo do Estado é ilegal: “Através de um ato de oportunismo, o secretário de Fazenda está unilateralmente rompendo o processo de formação de lei e isto é uma ilegalidade”.

“Queda de braços”

Nos bastidores, a “queda de braços” que se trava também entre a ALERJ e o governo do Estado continua. Os deputados do PSDB e do PMDB, que formavam a bancada de apoio, aprovaram, com apoio dos partidos de oposição, no último dia 19, sob a liderança do deputado Sérgio Cabral, presidente da ALERJ e líder do PSDB, e do deputado Picciani, do PMDB, um Decreto Legislativo contra o leilão da CEDAE. Garantido pela Constituição, o Decreto Legislativo é um instrumento utilizado pela Mesa Diretora da ALERJ para anular um ato do Executivo, que contrarie interesses do Estado. Segundo o jurista Marcelo Cerqueira, a aprovação do Decreto Legislativo, inviabiliza a venda da Empresa, no próximo dia 30, a não ser que o governo do Estado consiga derrubá-lo na justiça. Ainda na ALERJ, a Procuradoria do Legislativo Fluminense entrou no dia 18 com um pedido de mandado de segurança contra a privatização da CEDAE, alegando que o governador está extrapolando seus poderes. Paralelamente, o economista Titto Ryff, coordenador da equipe de transição, afirmou que o governo Garotinho está estudando formas judiciais para impedir a privatização da empresa, no próximo dia 30.